

Propostas para avanços na legislação do manejo da araucária com base em parâmetros amplamente testados

Paulo de Tarso de Lara Pires¹; Antônio Pedro Fragoso Woycikiewicz²; José Sawinski Júnior³

¹. Engenheiro Florestal, Dr.; Prof. Departamento de Economia Rural e Extensão – UFPR. E-mail:

ptpires@gmail.com;

². Engenheiro Florestal, MSc Doutorando Pós-Graduação em Engenharia Florestal – UFPR. E-mail:

antoniof.w@gmail.com;

³. Engenheiro Florestal, MSc Doutorando Pós-Graduação em Engenharia Florestal – UFPR. E-mail:

juniorsawinski@gmail.com

Os parâmetros para manejo sustentável da araucária têm sido amplamente estudados e testados por diversos pesquisadores, entretanto, não se refletem nas atuais legislações, gerando um ambiente restritivo e de insegurança jurídica, contribuindo para a redução na diversidade dos remanescentes naturais da FOM (Floresta Ombrófila Mista), isolando os fragmentos restantes. Este trabalho teve por objetivo elencar e propor parâmetros de manejo de *Araucaria angustifolia*, que efetivamente possam gerar avanços na legislação. Foi realizado procedimento metodológico de revisão sistemática de literatura. Os resultados indicam que a legislação poderia avançar ao considerar os seguintes parâmetros: (i) na população natural de araucária, a produção e crescimento tendem a se manter estáveis ou diminuir ao longo do tempo, com baixo recrutamento de novos indivíduos e baixas taxas de incremento devido à intensa competição e à pouca disponibilidade de luz nos estratos inferiores, sendo recomendado o manejo; (ii) baixa capacidade de regeneração da araucária sob floresta desenvolvida, o que sugere o manejo do ambiente para favorecer a regeneração; (iii) crescimento, mortalidade, ingresso e distribuição diamétrica mostram que a taxa de mortalidade é maior que o ingresso, sendo esperado incremento maior com realização de intervenções de manejo; (iv) corte de árvores nas classes maiores, abre espaços, permitindo incremento de árvores remanescentes estabilizando a floresta; (v) abertura do dossel favorece o aumento do número de indivíduos regenerantes e o crescimento da araucária; (vi) maior número de árvores ingressas quando realizados cortes seletivos com supressão variando de 30 a 60% da área basal; (vii) árvores de pequeno porte pouco se desenvolvem no sub-bosque, até receberem maior disponibilidade de luz com abertura do dossel; (viii) quociente de Lioncourt e análise de incremento, utilizados para balizar o atingimento do conceito de floresta balanceada; (ix) procura de sementes pela fauna, faz com que plântulas sejam arrancadas, reduzindo-se a quantidade de indivíduos da regeneração, o que sugere enriquecimento com mudas como alternativa; (x) produção de sementes de araucária é diferente em árvores crescendo em floresta nativa versus plantios, sendo estimada em 232 kg/ha para a floresta nativa e 474 kg/ha para o plantio. Conclui-se que estes parâmetros, ao serem claramente considerados em avanço à legislação sobre manejo da araucária, poderão estimular o aumento da área plantada, melhorar a qualidade das florestas existentes, reduzir a insegurança jurídica e desestimular o corte ilegal. Recomenda-se avançar sobre inclusão de aspectos relacionados à bioeconomia em novas legislações, como fator de estímulo para agregação incremental de valor econômico, social e ambiental.

Palavras-chave: Manejo, legislação, araucária.